

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS  
17:00 HORAS.

---

ATA Nº 076 - "B"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA  
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO  
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária.

Convido o Deputado Pedro Satélite para assumir a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DO DIA 15 DE JUNHO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Deputados, eu gostaria de fazer uma reclamação aqui nesta tribuna.

Infelizmente, às vezes nós temos que fazer valer, com simplicidade, com humildade, mas acima de tudo impondo, quando preciso for, a importância e a relevância do nosso mandato de Deputado Estadual, que eu tenho muito orgulho, e eu sei muito bem representar em toda e qualquer instância o povo mato-grossense aqui na Assembléia Legislativa ou em qualquer outro ponto da cidade, do Estado ou do País.

No entanto, Sr. Presidente, nós vemos acontecer algumas situações desagradáveis, como a que ocorreu comigo agora há pouco na agência Centro do Banco do Brasil. Se eu, na minha condição de Deputado Estadual, não tivesse reclamado e batido duro para que me recebessem de acordo com a responsabilidade do meu cargo, eu seria tratado como um suspeito de assalto ou um bandido qualquer, tamanho o trauma naquela agência.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que só depois que eu exigi respeito à minha condição de Deputado... Esse Banco movimenta uma fábula, em torno de quatro milhões de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

reais, que é o valor do Duodécimo desta Casa - três milhões e trezentos mil reais, segundo o Deputado Humberto Bosaipo, para um Deputado Estadual ser recebido daquela forma! Se preciso for, eu reclamarei até por escrito à Mesa desta Casa para que ela tome providências em relação à direção do Banco do Brasil ou tire imediatamente, porque eu acho que não é nenhum favor a Assembléia Legislativa estar mantendo essa condição comercial com essa instituição aqui na Assembléia Legislativa.

Quero deixar bem claro que a funcionária Josete e o Gerente-Geral Armando tentaram consertar a situação, desceram para conversar e tudo, alegando ser uma ordem de Brasília. Eu quero saber se Brasília também se intrometeu quando o Banco veio fazer propostas maravilhosas para que a Assembléia Legislativa se tornasse sua cliente.

Então, Sr. Presidente, na minha condição de Deputado Estadual, eu não mais vou aceitar esse tipo de tratamento dispensado a mim ou a qualquer outro colega meu, principalmente por um banco como é o Banco do Brasil, que, garanto, tem muito lucro, muito lucro mesmo, com as operações que faz com a Assembléia Legislativa. Não é favor nenhum, é respeito.

Então, eu peço a V. Ex<sup>a</sup> e ao 1º Secretário que notifiquem aquela Gerência-Geral, que notifiquem a Superintendência. E eu não vou aceitar esse tipo de tratamento, porque esse Banco, nas costas deste Deputado e deste Plenário aqui, com certeza, já enriqueceu muito nos últimos dois ou três anos.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que notifique a Superintendência e a Gerência-Geral daquela agência, para que eu possa me pronunciar na semana que vem sobre isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputado Emanuel Pinheiro, pode ter certeza de que a Mesa Diretora vai convocar o Superintendente e conversar com ele a respeito da situação narrada.

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos à Ordem do Dia (PAUSA).

Solicito aos Srs. Deputados que tenham um pouquinho de compreensão, porque a LDO está chegando à Mesa Diretora...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu quero lamentar, como membro da Mesa Diretora, o segundo episódio que ocorre este ano com o Deputado Emanuel Pinheiro - o primeiro foi no Tribunal de Justiça e agora no Banco do Brasil.

Mas eu me recordo bem que no último assalto que houve no Banco do Brasil o cidadão chegou lá de paletó e gravata (RISOS)... Certamente, já apavorados com o primeiro assalto, tanto o guarda como a secretária devem, no que pese o Deputado ser bastante conhecido, devem ter se apavorado, porque o índice de violência em Cuiabá e a insegurança é tão grande...

Eu quero dizer que já pedi as notas taquigráficas do pronunciamento do Deputado, para encaminhá-las oficialmente, Sr. Presidente - e aí V. Ex<sup>a</sup> vai encaminhar - ao Superintendente do Banco do Brasil para que o Deputado não sofra, nem ele nem um outro Deputado, algum constrangimento nesse sentido.

O que ocorre é exatamente isto: no último assalto, chegou um cidadão bem vestido, bem apessoado, conseguiu lograr a secretária e o guarda, e adentrou no cofre do Banco (RISOS)... E aí eles não quiseram mais entrar nessa reincidência.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Como o Deputado anda muito agitado, corre para lá, Sessão Extraordinária e aquela agonia toda, deve ter tido essa preocupação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nós solicitamos ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que traga à Mesa Diretora a LDO (PAUSA).

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 74/99, Mensagem nº 04/99, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2000 e dá outras providências.

O Projeto cumpriu pauta e recebeu várias emendas - um total de 32 emendas ao todo.

Vamos passar a ler o relatório da Comissão de Constituição e Justiça, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2000, tendo como Relator o Deputado Benedito Pinto.

Eu peço a atenção dos Srs. Deputados pois vamos ler o Relatório Final da Comissão de Constituição e Justiça à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

"RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 74/99, de autoria do Poder Executivo, foi lido na Sessão Ordinária do dia 28.04.99, e 'dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2000 e dá outras providências'.

Cumprida a pauta regimental, nos termos do Art. 455, do Regimento Interno, foi encaminhado a esta Comissão para análise e emissão de Parecer, incluindo as 26 emendas e o Substitutivo Integral.

É o breve relatório.

PARECER

A Constituição Estadual, em seu Art. 162, § 2º, assim determina:

'Art. 162...

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá, justificadamente, sobre alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.'

Desta forma o Chefe do Poder Executivo cumpre o dispositivo constitucional ao encaminhar o Projeto de Lei nº 74/99 a esta Casa, que servirá de diretriz básica para a elaboração dos Orçamentos anuais do Estado.

Aqui o Governo Estadual procurou definir as prioridades e as metas da Administração Pública Estadual, a composição, a organização e a estrutura da Lei Orçamentária; as orientações para elaboração do Orçamento do Estado e suas alterações, assim como estabelecimento da política de aplicação da agência financeira oficial de fomento; as disposições sobre a administração da dívida pública e captação de recursos, e as disposições sobre alterações na Legislação tributária.

Porém, dentro do novo contexto de gestão que se deseja implantar em nosso Estado, esta Comissão, após estudos e profunda análise das emendas propostas nesta Casa, houve por bem acatar as emendas de nºs: 03, de autoria do Deputado Nico Baracat; 12, 13, 14, 16, 20, 23 e 24, todas de autoria do Deputado Humberto Bosaipo; 26, de autoria do Deputado Carlão Nascimento; 27, de autoria do Deputado Nilson Leitão; 28, 29, 30 e 31,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

todas de autoria dos Deputados Pedro Satélite, Zé Carlos do Pátio e Nico Baracat; por considerá-las plenamente cabíveis no processo legislativo, incorporando-as ao projeto original.

Desta forma entendeu que devem ser rejeitadas as Emendas de n<sup>os</sup>: 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 15, 17, 18, 19, 21, 22 e 32, uma vez que as mesmas são inconstitucionais, ilegais ou tratam de matérias que devem constar do Plano Plurianual, a ser encaminhado a esta Casa até o dia 31 de agosto do corrente ano.

Quanto ao Substitutivo Integral (Emenda n<sup>o</sup> 25), apresentado pela Bancada do PMDB, em que pese a intenção de promover a modernização e o aprimoramento do texto original, não atende aos anseios do Estado, pois dá ênfase na recuperação de dados históricos para a elaboração do Orçamento; propõe a vinculação do Orçamento dos outros Poderes em percentuais da Receita, que, no fundo, se resumem aos recursos ordinários do Estado e exigem a formulação de um novo projeto para todas as áreas de Governo, em face das mudanças propostas.

Desta forma, não há outra alternativa que a sua rejeição, pois como já foi demonstrado não atende as metas constantes do PPA/2000/2003, que está sendo elaborado pelo Poder Executivo.

Pelas razões acima expostas, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei n<sup>o</sup> 74/99, Mensagem n<sup>o</sup> 04/99, de autoria do Poder Executivo, com as Emendas de n<sup>os</sup>: 03, 12, 13, 14, 16, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30 e 31."

Este é o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, em discussão o Parecer...

O Sr. Nico Baracat - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Nico Baracat e, em seguida, o Deputado Humberto Bosaipo, pela Ordem.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, eu solicito voto em destaque de todas as emendas apresentadas por este Deputado, conseqüentemente, solicito também destaque das emendas apresentadas por este Deputado, pelo Deputado Pedro Satélite e pelo Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido o pedido de destaque do Deputado Nico Baracat.

Continua em discussão...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>a</sup> Deputada, aqui um dos projetos que eu considero ser um dos mais importantes que esta Assembléia Legislativa aprecia, ano a ano.

Na verdade, o Governo do Estado, Sr. Presidente, inverteu este ano a pauta do envio dos projetos para a Casa. O que nós deveríamos ter apreciado antes da Lei de Diretrizes Orçamentária era o Plano Plurianual. O Plano Plurianual deveria estar aqui porque é um projeto a longo prazo, e nós teríamos que adequar a LDO ao Plano Plurianual.

Mas, não ocorrendo desta forma, este Projeto aportou nesta Casa e eu tive a oportunidade de apresentar algumas emendas, não emendas que redundassem numa

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

mudança significativa para o Projeto, mas, principalmente, algumas emendas para melhorar seu texto.

Antes de entrar nesse assunto, eu quero falar da experiência que o Deputado Alencar Soares e eu tivemos no interior do Estado, mais precisamente em Barra do Garças, Água Boa e São Félix do Araguaia. Nós convidamos o Secretário de Planejamento, Dr. Guilherme Müller, para, junto com a Assembléia, discutir esta matéria no seio das Câmaras Municipais. E qual foi a nossa surpresa com o alto índice de entendimento de uma lei tão complexa pelos municípios que visitamos.

Inclusive, estamos aproveitando todas as sugestões, Deputado Benedito Pinto, que é o Relator da matéria, e vamos jogá-las no Plano Plurianual, e V. Ex<sup>a</sup> deverá ser o Relator desse Plano Plurianual.

Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que já estou montando, juntamente com a minha assessoria, um questionário, e vou visitar os quase cinquenta municípios que represento e trazer para o Plano Plurianual um trabalho parecido com esse que fizemos, em uma experiência nova, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Uma das preocupações que eu pude ver, constatar de perto, é que os municípios mato-grossenses, que são municípios interessados nessa lei de planejamento governamental, não querem ficar fora de um planejamento de Governo, porque com a inflação mais ou menos estabilizada, com a moeda estabilizada, dá para se fazer um planejamento a longo prazo, o que vem ocorrendo nos últimos cinco anos no País. Em que pese as dificuldades todas, mas em relação a planejamento, dá para se fazer projetos de pequeno, curto e longo prazo - e neste caso aqui a LDO é de curto prazo.

Apresentei algumas emendas que foram acolhidas aqui pela douta Relatoria, mas eu quero destacar algumas delas. O Relator, Deputado Benedito Pinto, acolheu, por exemplo, a Emenda n<sup>o</sup> 12, de nossa autoria, em que nós aditamos ao Capítulo III da Seção I o seguinte artigo e parágrafo:

" Art.... O Poder Judiciário, sem prejuízo do envio dos precatórios aos órgãos ou entidades devedoras, encaminhará à Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembléia Legislativa, à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral e aos referidos órgãos ou entidades devedoras, na parte que lhes couber, até cinco dias após a sanção da Lei, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2000, conforme determina o Artigo 100, § 1<sup>o</sup>, da Constituição Federal e Art. 100 da Constituição Estadual, discriminada."

Para que isso? É exatamente, Srs. Deputados, para que a nominata de precatórios, que esta Casa votou aqui, não possa sair da sua ordem. Então, este prazo é estabelecido na lei e deve ser obedecido rigorosamente. E essa informação do Poder Judiciário à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembléia Legislativa e à Secretaria de Planejamento vai possibilitar exatamente esse acompanhamento. Por exemplo, as especialistas de educação, que têm um precatório registrado e aprovado por ele, a gradação lá naqueles precatórios que aprovamos, se eu não me engano, é a quinta colocação. Então, a Justiça, através dos seus órgãos competentes, deve officiar à Assembléia, à sua Comissão competente, e também à Secretaria de Planejamento para o ordenamento desses precatórios.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Através da Emenda nº 13, nós aditamos uma alínea ao parágrafo único do Art. 9 do referido Projeto de Lei, que diz o seguinte: "Os gastos, por município, nas áreas de assistência social, educação e desporto, habitação, saúde, saneamento e transporte, conforme informação dos órgãos setoriais, com indicações do critério utilizado para a regionalização dos gastos".

E aqui eu quero colocar um item da educação que é importante. Por exemplo, nesta viagem pudemos constatar um grave problema na educação do Estado, ou seja, a Secretaria centralizou a compra de merenda escolar em Cuiabá. Então, a descentralização que havia sido feita no Governo anterior, do próprio Governo Dante de Oliveira, essa centralização possibilitou exatamente um dispêndio maior de gastos nos municípios, através das escolas. Mas eu procurei o Deputado Antônio Joaquim, Secretário de Educação, e ele já me informou exatamente que começou a distensão na questão da merenda escolar. E o Governador nos disse hoje que no próximo sábado ele vai inaugurar 72 quilômetros de agricultura irrigável, na Colônia Penitenciária das Palmeiras, e que vai fazer o Governo com a Secretaria de Educação para comprar essa alimentação e distribuir também para as escolas, para que os presos possam ter um fundo de reserva e sustento das suas famílias. Mas nós colocamos isso na lei exatamente para evitar que isso volte a acontecer, e eu estou falando apenas de um item, que é educação.

Através da Emenda nº 14, eu apenas suprimi o parágrafo único do Art. 12, Capítulo III, Das Orientações e das Diretrizes Gerais. Esse parágrafo único, que ficou suprimido, dizia o seguinte: "O Poder Executivo poderá propor a inclusão na Lei Orçamentária de dispositivo que estabeleça critério e forma para atualização dos valores orçados". Isso aqui, sim, era um "cheque em branco" que nós daríamos para o Governo. Essa atualização dos valores monetários do Governo seria quase que ao bel-prazer da Secretaria de Planejamento e de Fazenda, que são duas Secretarias que trabalham correlatas. Então, nós o suprimimos. E foi inteligente o Relator ao acatar essa emenda, exatamente para não tirar a força do Poder Legislativo.

E quando o ilustre Relator acata essa emenda, ele reverte isso para o plano original da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que diz que a atualização dos valores orçados tem que ser autorizada por lei específica. Imagine se não fosse exigida a autorização por lei específica, o que eles poderiam fazer numa Lei como essa!

Então, eu quero louvar a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, que em boa hora restabeleceu, Deputado Benedito Pinto e membros da Comissão, a autonomia do Poder Legislativo, mais precisamente da Assembléia Legislativa.

Emenda nº 15. Esta emenda tratava dos precatórios e não foi acatada - eu respeito também a decisão da Comissão. Mas houve o acatamento da Emenda nº 16, que adita artigo e parágrafo ao Capítulo VI, das Disposições Finais, do Projeto de Lei, ou seja, a prestação de contas anual do Governo do Estado incluirá relatório de execução na forma e com o detalhamento apresentado pela lei orçamentária anual. Parágrafo único: "Da prestação da conta anual, constará necessariamente informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas previstas na lei orçamentária anual". Esse aqui sempre foi o "calcanhar de Aquiles" da Assembléia Legislativa, que é exatamente o detalhamento de despesas que nós sempre quisemos ter - não só da LDO, mas também da LOA, que é a Lei de Orçamento Anual.

A prestação de contas anual do Governo deverá incluir um relatório da execução, na forma e com o detalhamento que a lei exige, principalmente nas obras físicas do

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Governo - principalmente nas obras físicas do Governo! A Assembléia Legislativa precisa conhecer o detalhamento da aplicação desses recursos, que não era contemplada ainda no Projeto de Lei.

Eu me reporto ainda à Emenda nº 20, que modifica o inciso III do Art. 10, que passa a ter a seguinte redação: "O efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários indicados por tributo ou por modalidade de benefícios, contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhe possa ser atribuída, bem como subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgãos e entidades da administração direta e indireta, com os respectivos valores de espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no Art. 162, § 6º, da Constituição Estadual". Ora, esse efeito é exatamente em cima dos projetos de isenções fiscais que esta Casa vota! Agora mesmo acabamos de votar, aqui, a isenção fiscal, um benefício, parcelando os débitos fiscais até dezembro de 1998, inclusive com uma Emenda restritiva do Deputado Alencar Soares, que remete a uma nova lei por um período mínimo de cinco anos.

Mas eu continuo - e já estou terminando, Sr. Presidente -, reportando-me à Emenda nº 23, e faço questão de discuti-la porque esta é uma lei importante para esta Casa e certamente os outros autores de emenda irão discuti-las aqui.

A Emenda nº 23 modifica a redação do Art. 7º e seu § 1º, que passam a ter a seguinte redação: "Art. 7º A Lei Orçamentária Anual - LOA apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á obedecendo à classificação funcional, aprovada pela Portaria nº 42, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, e por categoria de programação, indicando, para cada uma, o orçamento a que pertence e o seu detalhamento quanto à modalidade de aplicação e ao grupo de despesa, tal como definidos na classificação de despesa quanto à sua natureza."

Ora, se nós temos o Orçamento Fiscal e o Orçamento de Seguridade Social, há necessidade de um detalhamento em cada orçamento - e é isso que a lei está garantindo.

"§ 1º As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo serão identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, na forma do Art. 4º, Portaria MOG nº 42, de 14/04/99."

Exatamente amarrando essas categorias de programação para que o Governo não transforme os recursos desta área, que ele jogue em outra rubrica, e aqui se amarra muito bem a Emenda nº 23.

Tivemos ainda o acatamento da Emenda nº 24.

"Art. 8º O orçamento de investimento previsto no Art. 162, § 5º, inciso II, da Constituição Estadual, será constituído pela programação de investimento e terá a despesa discriminada de acordo com o Art. 4º, da Portaria MOG nº 42, de 14/04/99."

Exatamente essa Portaria que é normativa, como foi acatada essa Emenda anterior na Lei, certamente que o Relator teria que acatá-la aqui neste Artigo 8º.

As demais emendas, Sr. Presidente, não são de minha autoria, mas eu quero aqui fazer um parêntese para falar um pouco do Substitutivo apresentado pelos eminentes Deputados Zé Carlos do Pátio, Líder do PMDB, Nico Baracat e Pedro Satélite.

A meu ver este Substitutivo Integral, que foi de uma certa forma feito por mãos de quem conhece a peça orçamentária, pecou apenas, no meu entender, por um fato: ter sido apresentado agora, exatamente no final do prazo de apreciação da Lei. Porque foi um

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Substitutivo enxuto, leve, mas, se acatado da forma como foi colocado, teríamos que modificar toda a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E aí, Deputado, as minhas emendas e as de outros Deputados ficariam prejudicadas, deixariam de existir. E só pecou esse Substitutivo por esse motivo, exatamente por ter sido apresentado já no final do prazo de apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas eu quero louvar a iniciativa dos Deputados da Bancada do PMDB, que tiveram a preocupação de se escorar num técnico da envergadura do que ajudou a construir essa peça orçamentária...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Apenas para informar que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de três minutos para encerrar.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado.

...essa peça orçamentária, porque pôde, à luz do conhecimento e de sugestões, trazer aqui na Lei de Diretrizes Orçamentárias esta peça que eu destaco como muito importante e que será, inclusive, útil na discussão do Plano Plurianual. E eu tenho certeza de que os Srs. Parlamentares farão o mesmo que eu pretendo fazer, que é discutir nas suas bases. É um Projeto, inclusive, para se diminuir as diferenças, as desigualdades interregionais. E isso deverá ser feito pelos municípios e apresentado pelos Srs. Deputados, dentro de uma discussão mais ampla e mais democrática.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, ao encerrar, que tive um aprendizado muito grande ao discutir essa Lei no interior do Estado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e eu retomo essa questão, porque nós deveríamos, inclusive, destacar essa Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para assistir à palestra do Dr. Guilherme Müller, para discutir com os técnicos da Secretaria de Planejamento e se aprofundar nessa questão, porque ela vai ser a base para o Plano Plurianual do Orçamento Geral do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Nico Baracat - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Apenas para retificar, Sr. Presidente, com relação à questão do destaque somente às emendas que foram rejeitadas.

Uma outra questão, Sr. Presidente, é informar a este Plenário que a proposta, o acordo do Substitutivo Integral, apresentado pelo PMDB, discutido com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deixava aberta a possibilidade de as emendas apresentadas aportarem ao Substitutivo, isso por entendimento entre o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, os demais membros que discutiram e a Bancada do PMDB. Inclusive a alteração do que a Bancada do Governo entendia que devia aportar ao Substitutivo, foi feito todo um esforço da nossa Bancada para que pudessemos avançar na questão da LDO no Estado de Mato Grosso. Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE, - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, apenas para fazer um convite aos Srs. Deputados, em nome do Deputado Federal Wilson Santos e da Deputada Federal Teté Bezerra: no dia 28 de junho, no Auditório da FECOMÉRCIO, às 20:00 horas, o Deputado Federal Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão Parlamentar de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Reforma Tributária, estará discutindo a Reforma Tributária. Vai vir, também, o Relator da Reforma Tributária, Deputado Federal. Então, eu peço à Assessoria que entregue um convite para cada Deputado.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que nós sonhamos ver uma mudança da sociedade. Nós nos elegemos Deputado e sonhamos ver transformações na sociedade, transformação do Parlamento, transformação dos poderes constituídos, mas, lamentavelmente - talvez este Projeto que nós vamos votar hoje seja o mais importante, está entre os três Projetos mais importantes -, nós vamos votá-lo de forma acanhada, restrita, dando realmente um "cheque em branco" ao Governo do Estado, continuando esse Parlamento subserviente aos interesses do Estado...

O Sr. Moacir Pires (DE SUA BANCADA) - Eu não sou subserviente.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...quando eu digo Parlamento, eu digo a Instituição. Eu quero, aqui, respeitar os Deputados contrários a essa peça da LDO.

Sr. Presidente, eu quero, nesta oportunidade, pedir a V. Ex<sup>a</sup> destaque do Substitutivo e destaque das emendas rejeitadas, tanto da Bancada do PMDB, quanto do Deputado Nico Baracat, porque o Deputado pediu destaque de todas as emendas, mas nós não.

Aquelas emendas - e eu tenho que enaltecer o Deputado Benedito Pinto, porque ele as acatou - que a Comissão deu Parecer favorável não precisam de destaque. Então, nós queremos destaque do Substitutivo Integral e destaque das emendas rejeitadas pela Comissão.

Quero aqui, Sr. Presidente, dizer que a Bancada do PMDB está apresentando, agora, mais vinte emendas à LDO, na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Essas vinte emendas fazem parte das mudanças que nós tanto sonhamos na LDO. Mudanças para que não aconteçam manejamentos das dotações orçamentárias sem passar pela Assembléia Legislativa, mudanças para não deixar o Governador fazer suplementação em aberto - mudanças estruturais, pela dignidade, pelo bem e pelo fortalecimento desse Poder.

Quero aqui dizer que, nesse final de semestre, eu preferia ficar aqui mais quatro dias, mais cinco dias, mas que nós discutíssemos realmente os avanços. Quero dizer que várias vezes eu ouvi discursos aqui, dizendo o seguinte: "Já está vencendo o prazo. É até dia 30 de junho. Nós precisamos entrar em recesso com a peça orçamentária votada, com a LDO", mas nós não queríamos, em hipótese alguma, votar essa matéria como está sendo votada. Muitas emendas foram feitas, mas foram feitas na sua periferia, para apoiar mais a agricultura, a educação, a saúde. Tudo isso nós sabemos. Mas a espinha dorsal da Lei de Diretrizes Orçamentárias não foi mexida, a espinha dorsal que eu digo são os procedimentos que o Governador vai tomar agora.

Ele vai continuar manipulando o Orçamento como ele quer! Ele vai continuar dirigindo esse Orçamento como ele quer! Ele vai continuar sendo um grande, um homem poderoso, e a nossa Constituição Federal, Deputada Serys Slhessarenko, é uma Constituição parlamentarista, embora nós sejamos um País presidencialista, nossa Constituição é parlamentarista, ela pode fortalecer e buscar a autonomia dos poderes.

Estive ontem no Ministério Público, estive conversando no Tribunal de Justiça com os Desembargadores e estive visitando as organizações deste Estado, todas elas estavam acreditando no Substitutivo Integral da Bancada do PMDB, todas elas estavam vendo que era

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

a mudança que este Estado precisava. Nós argumentamos com as instituições de forma coesa, consistente, mostrando que realmente nós precisávamos ter um novo rumo para este Estado.

Hoje, ao votarmos esta peça orçamentária como o Governo quer, nós estamos dando um “cheque em branco” para ele: "Toma, Governo, você no ano que vem vai manipular mais de um bilhão de reais como quiser!" Eu lamento...

Meu sonho é ver realmente um Estado mais moderno. Essa nossa proposta de Substitutivo Integral, Deputado Riva, Presidente da Assembléia, ainda é atrasada para um Estado como o Estado do Paraná, ainda é atrasada para um Estado como o de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, porque lá é muito mais moderno, é muito mais avançado, é muito mais minucioso.

Nós temos que definir como devem ser as dotações orçamentárias. O que é projeto? O que é atividade? O Governo manipula isso da forma como ele quer, não sabe onde começa projeto, onde inicia uma atividade. Quer dizer, é esse o encaminhamento que nos deixa constrangido.

Eu quero aqui dizer, e até lamento dizer isso, que muitos municípios do interior de Mato Grosso hoje têm uma LDO melhor que a do Estado de Mato Grosso. Não adianta - e aqui eu quero colocar que essa questão é de estrutura, é muito técnica -, não adianta fazermos um discurso popular, ou populista, dizendo: "Nós vamos colocar isso, vamos colocar aquilo, vamos colocar aquilo outro", não adianta isso. Nós temos que fazer com que ela seja enxuta e que todos os procedimentos do Governador passem pelo Parlamento. Passem aqui pelo Parlamento, por uma discussão conosco, em que cada um de nós vai discutir item por item dos encaminhamentos, que esse é o nosso papel político - em cima dessa discussão, dessa minha posição, que eu lamento.

Vou apresentar mais vinte emendas, através da Bancada do PMDB. Vão falar: "Esse Deputado sonha demais, vai cair tudo quanto é emenda que ele apresentar". Mas vamos apresentar, quem sabe um dia nós conseguimos mudar. Vou apresentar. Se não passar nenhuma, ótimo, não passou nenhuma. Tudo bem. O que eu posso fazer?...

O Sr. Humberto Bosaipo - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...Cumprir com o meu papel. Mais tarde, quando eu tiver...

Eu quero aqui, Deputado Humberto Bosaipo, encadernar o meu trabalho durante os meus quatro anos, tudo o que eu fiz aqui. E vou colocar isso. O primeiro lugar que eu visitei aqui nesta Casa foi o Memorial. Eu quero deixar aqui nos Anais desta Casa, para dizer que nós lutamos - não conseguimos, mas lutamos!

Concedo o aparte ao Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Deputado Zé Carlos do Pátio, apesar do meu segundo mandato, nesta questão de Lei Orçamentária eu também estou aprendendo, ano a ano, com a discussão. E eu gostaria, V. Ex<sup>a</sup> certamente leu a Lei toda, estudou a LDO... V. Ex<sup>a</sup> estudou a LDO, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Nós discutimos... Cadê o Deputado Nico Baracat e o Deputado Pedro Satélite? Nós ficamos dois dias, durante dia e noite, com a nossa equipe técnica discutindo.

O Sr. Humberto Bosaipo - É exatamente isso que eu queria saber, porque certamente V. Ex<sup>a</sup> agora vai me enriquecer. Quais são as sugestões básicas que V. Ex<sup>a</sup> tem,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

rapidamente, para apresentar ao Parlamento - até para que eu possa ampliar os meus conhecimentos -, o que basicamente V. Ex<sup>a</sup> pode apresentar, sucintamente, nesta Lei?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu expliquei para V. Ex<sup>a</sup>... Se eu for ler aqui, eu vou ler uma por uma das emendas...

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu não gostaria que V. Ex<sup>a</sup> lesse emenda. Seja um pouco didático, basicamente cabeça, tronco e membro. O que V. Ex<sup>a</sup> acrescentaria nesta Lei? Quem sabe nós podemos ampliar essa discussão.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Veja bem, Deputado Humberto Bosaipo, hoje as dotações orçamentárias são muito genéricas. Vamos supor, quando se faz uma dotação orçamentária, ela tem que ter mais especificidade, tem que se detalhar mais para que fim vai ser aplicado o dinheiro. Ela é mais genérica.

O Sr. Humberto Bosaipo - V. Ex<sup>a</sup> está falando do detalhamento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O detalhamento...

Veja bem. O que é uma atividade? V. Ex<sup>a</sup> sabe o que é uma atividade?

O Sr. Humberto Bosaipo - Depende do ângulo que V. Ex<sup>a</sup>...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O que é um Projeto? Atividade é uma coisa que se faz constantemente, projeto é uma coisa que tem início, meio e fim. A atividade - e eu quero aqui colocar - e o projeto são misturados dentro da LDO e dentro do Orçamento que nós estamos direcionando. O que nós queremos é a especificidade dos encaminhamentos, é o detalhamento.

Vamos supor, as empresas de economia mista fazem o seu orçamento e conduzem os seus procedimentos de forma que elas possam manusear o dinheiro de uma forma mais aberta. Veja bem, nós estamos dando condições para ele fazer suplementação. V. Ex<sup>as</sup> sabem o que é suplementação em aberto? É ele manusear os recursos como ele quer, é ele manusear da forma que ele quer, tira de um lugar, passa para outro, tira do outro...

O Sr. Humberto Bosaipo - V. Ex<sup>a</sup> me permite mais um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu não estou entendendo absolutamente nada do que V. Ex<sup>a</sup> está falando, talvez pela minha ignorância também...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu posso fazer uma proposta?

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu estou fazendo um aparte, só um minuto, eu vou terminar o meu aparte.

O que eu queria que V. Ex<sup>a</sup> nos sugerisse era - eu também estou no aprendizado - exatamente três troncos mestres dessa lei que pudessem ampliar, porque o detalhamento...

Deputado, eu gostaria da sua atenção, porque senão o meu aparte fica prejudicado.

O detalhamento o Relator acatou, o detalhamento que V. Ex<sup>a</sup> está falando, foi acatado numa emenda minha pelo Relator, inclusive nos dois Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social.

Agora, eu queria algo novo...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu posso fazer uma sugestão a V. Ex<sup>a</sup>?

O Sr. Humberto Bosaipo - O Substitutivo Integral pelo menos - V. Ex<sup>a</sup> conhece o Substitutivo melhor do que eu, porque é da sua lavra, do PMDB, e certamente V. Ex<sup>a</sup> perdeu tempo em elaborá-lo - dá um direcionamento, um norte, para uma outra Lei de Diretrizes

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Orçamentárias, que seria ideal para o Parlamento, seria enxuta, leve e mais autônoma, porque o que se discute numa lei em relação ao Executivo e ao Legislativo é a autonomia.

Mas eu queria uma...

Eu vou deixá-lo à vontade, não vou fazer mais aparte. Mas eu queria que V. Ex<sup>a</sup> colocasse três idéias novas...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu já falei, Deputado. Agora, se V. Ex<sup>a</sup> não quer entender...

O Sr. Humberto Bosaipo - V. Ex<sup>a</sup> desculpe a minha ignorância, mas eu não entendi. Eu agradeço.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu vou dizer uma coisa a V. Ex<sup>a</sup>: se V. Ex<sup>a</sup> está tão interessado em conhecer as nossas emendas e o nosso Substitutivo Integral, por que V. Ex<sup>a</sup> não propõe - V. Ex<sup>a</sup> que é um Deputado da Oposição, um Deputado que vem contribuindo muito conosco, V. Ex<sup>a</sup> é o grande equilíbrio neste Parlamento, é o 1º Secretário e é o grande equilíbrio neste Parlamento - uma reunião com os 24 Srs. Deputados, e nós vamos discutir isso tecnicamente.

O Sr. Humberto Bosaipo (FORA DO MICROFONE) - Mas o prazo acabou, não tem mais prazo!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, Deputado Humberto Bosaipo, o prazo pode existir sim! Se nós pudermos discutir esta semana ou semana que vem os prazos existem. Este é um processo democrático, nós podemos discutir ainda.

Eu quero aqui dizer, Srs. Deputados, V. Ex<sup>a</sup> quer, inclusive, tentar conduzir a discussão para que realmente não exista consistência nisso aqui. Mas se V. Ex<sup>a</sup> quiser sentar conosco, discutir emenda por emenda, nós podemos explicar. Vão mudar totalmente as empresas de economia mista, as autarquias...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao nobre Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. PEDRO SATÉLITE ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 18:16 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua com a palavra o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Elas mudam, totalmente...

O Sr. Riva - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo, nobre Deputado Riva.

O Sr. Riva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero louvar a iniciativa do Substitutivo Integral, mas de antemão dizer que não existe voto em destaque para Substitutivo. A partir do momento em que ele é rejeitado pela Comissão, ele está rejeitado. Às emendas, sim, pode haver destaque.

Mas eu tenho aqui uma grande preocupação, a LDO entrou na Casa, Deputados Romoaldo Júnior e Humberto Bosaipo, dia 15 de abril. Quinze de abril, Deputado Zé Carlos do Pátio! Eu vi, hoje, V. Ex<sup>a</sup> assinar as emendas aqui em cima da bancada. V. Ex<sup>a</sup> me desculpe, mas essas emendas, se fosse para ter essa discussão maior, à qual V. Ex<sup>a</sup> se refere, dizendo que nós podemos, inclusive, ultrapassar o dia 30. Na verdade, este Parlamento concentrou todas as suas forças no sentido de votar a LDO até o dia 30. Essas emendas poderiam ter entrado antes! Desde o dia 15 nós estamos recebendo emendas!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Ora, Srs. Deputados, a Mesa Diretora não vai mesmo aceitar extrapolar o limite do dia 30. Por quê? Porque nós temos os nossos objetivos, nós trabalhamos muito durante este semestre, discutimos a LDO à vontade, cada um decorou o que quis dentro da LDO. É enaltecida a proposta que V. Ex<sup>a</sup> faz! Nós não podemos tirar esse mérito, mas também não podemos desviar, dizendo que está impedida uma discussão mais ampla em função de querer votar a LDO até o dia 30! É um objetivo da Mesa Diretora, e todos os Deputados sabiam disso, há mais de 60 dias nós estamos anunciando isso.

Emenda deu tempo de apresentar desde o dia 15 de abril - eu friso isso novamente. Portanto, é injusta a colocação que V. Ex<sup>a</sup> faz.

Nós devemos concentrar, sim, a discussão ampla da LDO, mas as divergências, Deputado Rene Barbour, que sejam tiradas aqui neste plenário, com o destaque, com a votação, com discussão, mas que isso seja feito até o dia 30, para nós prestarmos conta à sociedade de um trabalho que nós tivemos muito tempo para fazer, quase três meses. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria dizer que, embora seja o Presidente desta Assembléia Legislativa, o Deputado Riva usou de má-fé.

Desculpe-me, Deputado, mas eu tenho que falar.

Eu digo a V. Ex<sup>a</sup> por que eu estava assinando as emendas agora, aqui. Porque nós nos sentamos com a equipe do Governo para discutir o Substitutivo Integral, Sr. Deputado. Nós nos sentamos com a equipe e a equipe do Governo não aceitou o Projeto no seu todo.

Eu quero enaltecer a Comissão de Constituição e Justiça, porque o Deputado Benedito Pinto aceitou oito emendas. O que foi que aconteceu? Ele aceitou oito emendas e sugeriu a retirada do Substitutivo Integral e a apresentação das emendas. A Bancada do PMDB resolveu deixar o Substitutivo Integral e entrar com as emendas, mas isso não significa que nós estamos apresentando emenda hoje, não. Nós estamos discutindo com a equipe econômica já há dias.

Então, a forma como V. Ex<sup>a</sup> colocou foi uma forma, eu não vou usar o termo má-fé, mas foi muito infeliz, porque na verdade isso já está tramitando, Deputado, há muito tempo, e nós estamos discutindo com a equipe econômica há muitos dias. Aliás, a equipe econômica sentou-se conosco, decidiu mudar e depois recuou.

Aqui eu quero enaltecer o Deputado Benedito Pinto que hoje, às 05:00 horas, foi para lá, para discutir - ele, o Deputado Eliene, o Deputado Carlão Nascimento -, porque houve uma reunião com a Assessoria dele, e foi aí que nós tiramos o Substitutivo Integral e apresentamos as emendas.

Eu pus a minha equipe para trabalhar hoje, o dia inteiro, para transformar o Substitutivo Integral em emendas, porque nós não estávamos conseguindo passar o Substitutivo Integral, porque o próprio Deputado Benedito Pinto...

O Sr. Nico Baracat - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...achou que eu estava radicalizando ao apresentar Substitutivo Integral, que talvez por emenda poderia passar mais.

Eu concedo um aparte ao nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Informamos ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Então, eu cedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

O Sr. Nico Baracat - Muito obrigado...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - V. Ex<sup>a</sup> concede os três minutos que lhe restam para o Deputado Nico Baracat?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria terminar propondo aos Srs. Deputados uma reunião ampla. Vamos nos sentar com a equipe econômica do Governo, a nossa Assessoria, vamos nos sentar com todo mundo, vamos discutir esse Projeto de uma forma mais ampla. É isso que a sociedade quer!

O papel nosso é discutir, é debater, é checar idéias. E eu acho que é com isso que nós vamos avançar neste Parlamento. Nós não vamos avançar neste Parlamento sem discutir! Nós não podemos estar votando Projeto a toque de caixa! Se tem Deputado aqui que fica nervoso porque nós estamos falando muito é porque tem Deputado que quer votar só a toque de caixa! Nós temos que votar o Projeto aqui, temos que discuti-lo, buscar caminhos, buscar resultados, buscar avanços.

Eu quero elogiar os avanços que nós tivemos. Se nós conseguimos, Deputado Humberto Bosaipo, V. Ex<sup>a</sup> que usou da tribuna, reduzir o imposto da energia rural é porque foi uma luta nossa. E a Oposição trabalhou na questão do IPVA, do ICMS sobre a tarifa de energia urbana, e nós estamos criando uma Comissão para discutir a alíquota de ICMS de veículos novos. Ora, por que nós não podemos avançar na LDO? É esse o objetivo.

Nunca neste Parlamento houve um *quorum* de 24 Srs. Deputados como está havendo agora. Isso é elogiável, mas é necessário que nós mudemos a forma de agir e que possamos discutir mais os projetos...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Era só isso, Sr. Presidente. Eu vou cumprir o meu horário na íntegra, até por respeito ao Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão...

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Riva, que dispõe de 20 minutos.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu prometi que não iria mais me calar para essas coisas. Não! Não me interessa se eu sou Presidente. Eu sou um Parlamentar como outro qualquer, cheio de humildade, que sempre respeitou todos os Parlamentares. E eu pergunto aos Parlamentares que estão aqui: que dia eu deixei de respeitá-los?

E má-fé usa o Deputado Zé Carlos do Pátio quando vem aqui discutir uma matéria, Deputado Rene Barbour, depois de 72 dias que ela está na Casa. Por que não fez como o Deputado Humberto Bosaipo, convocando o debate nas bases com antecedência? Nós temos essa prerrogativa. Deveríamos ter feito! Eu, particularmente, estudei a LDO, fiz minhas emendas e fui convencido pela Comissão de que elas têm mais valor e são, de fato, legítimas dentro do Plano Plurianual. E nós vamos apresentá-las no Plano Plurianual.

Eu não aceito, Deputado Zé Carlos do Pátio, essa palavra "má-fé". Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me respeitasse, porque o dia em que eu me dirigir a V. Ex<sup>a</sup> dizendo que foi má-fé de V. Ex<sup>a</sup>... Primeiro eu vou processá-lo, porque quando alguém tem má-fé, tem que ser processado porque está sendo injusto com alguém. E outra coisa, Deputado Emanuel Pinheiro, como se LDO moralizasse alguma Administração Pública... Ora, V. Ex<sup>a</sup> foi Vereador em Rondonópolis. LDO nenhuma moralizou a administração do Alberto, não vai moralizar a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

administração de Fernando Henrique, de Bill Clinton, de Jaime Campos, de Roberto França, de ninguém! Os princípios, os métodos aplicados, não querem dizer que uma LDO... E o Deputado Humberto Bosaipo fez uma intervenção importantíssima, ele pediu as três mudanças importantes...

O Sr. Nico Baracat - Um aparte, Deputado?

O SR. RIVA - ...que V. Ex<sup>a</sup> queria inserir na proposta, porque até agora, sinceramente, eu também não entendi quais as mudanças que vão fazer avançar tanto esta LDO. Porque, pelo que eu vejo, a mudança do Substitutivo Integral...

Eu vou conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Nico Baracat, gostaria de pedir apenas para concluir a minha intervenção aqui.

A mudança que o Substitutivo Integral traz, na verdade, foi aquela que o Deputado Humberto Bosaipo falou. Porque, na verdade, Deputado Nico Baracat, o fortalecimento do Legislativo também não está afeito à LDO, não! Está afeito às nossas posições aqui. Está afeito à nossa participação nos debates, nas discussões, isso, sim! Lógico que a LDO é, dentre tudo isso, um dos fortalecimentos do Legislativo, mas não pode ser tida como uma única bandeira, Deputado Zé Carlos do Pátio, de fortalecimento do Legislativo, que não é verdade! Não é verdade!

Ontem, por exemplo, eu ouvia a UNEMAT... E a LDO? A LDO, nós vamos discutir a questão da UNEMAT lá no Orçamento Geral. E se nós queremos, de fato, fortalecer a UNEMAT, nós vamos fazer uma emenda constitucional, mas discutir com o Governo do Estado.

E uma coisa importante, Deputado Nico Baracat, é respeitar a maioria. É saber respeitar o ponto de vista do companheiro! Todos respeitam. Por exemplo, o Deputado Nico Baracat pediu destaque das matérias que foram rejeitadas. Poderiam, perfeitamente, o Deputado Rene Barbour, o Deputado Alencar Soares, que são líderes do Governo, ou qualquer outro Deputado da Bancada Governista, pedir destaque das que foram aprovadas, e não pediram.

Eu, Deputado, faço aqui essa intervenção fazendo um apelo: que não se use o prazo para que nós possamos votar a LDO como um objeto de restrição aos avanços da LDO, porque, na verdade, a LDO está se modernizando a cada ano, inclusive as emendas aproveitadas de V. Ex<sup>a</sup> e dos demais Deputados já representam um grande avanço. E as mudanças introduzidas aqui não são aquele avanço que se anuncia para a sociedade, de forma alguma.

Eu concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Nico Baracat.

O Sr. Nico Baracat - Deputado Riva, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acredito que houve avanço, sim, no Substitutivo do PMDB, e cito os três pontos fundamentais desse avanço. Primeiro, deixou de haver um “cheque em branco” para o Governo no Orçamento...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho (DE SUA BANCADA) - Só sabe falar isso...

O Sr. Nico Baracat - Nós temos...

Deputado Wilson Teixeira Dentinho, eu espero que V. Ex<sup>a</sup> use a tribuna para debater a questão.

Nós deixamos de colocar, agora, na LDO que o Governo tem que vir ao Parlamento para mostrar, com clareza, onde vão ser aplicados os recursos, tendo a aquiescência do Parlamento. Isso nós entendemos que é fortalecimento do Poder Legislativo!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

O segundo ponto, Deputado Riva, que nós achamos de fundamental importância, é que se estabeleça na LDO o percentual que cada Poder vai ter no exercício subsequente, já amarrado no Orçamento, porque os Poderes não têm como planejar as suas ações.

Hoje, nós temos um Ministério Público já com uma deficiência orçamentária da ordem de doze milhões. Nós fomos discutir com eles, e não há como se fazer um planejamento adequado.

O Tribunal de Justiça quer implementar mais algumas comarcas no Estado, não tem como planejar isso previamente, porque não sabe o que tem de orçamento dentro do acordo entre os outros Poderes. Entendemos, também, que é importante nós não darmos uma suplementação, da ordem de 15%, 20%, 30%, automática de alterações.

Entendemos também, Deputado Riva, que o gatilho automático que o Governo dispara deixa de existir.

E, finalmente, o detalhamento das despesas, que deve ter a aquiescência do Parlamento. Achamos que isso é uma coisa importante...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Nico Baracat - Ouvi de um técnico do Governo: "Esse Substitutivo está modernizando a LDO e nós já estamos preparados para isso"...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Nico Baracat - ...estamos nos preparando para que nós possamos...

Peço ao Deputado Riva mais dois minutos do seu tempo.

O SR. RIVA - Eu indago à Presidência quantos minutos restam do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - V. Ex<sup>a</sup> dispõe de doze minutos.

O SR. RIVA - Eu concedo mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup> e mais dois pedidos de aparte.

O Sr. Nico Baracat - Ouvi de um técnico do Governo que o Substitutivo do PMDB está modernizando a LDO do Estado...

(O DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O Sr. Nico Baracat - Se o técnico do Governo está aí para nos enganar, em quem nós vamos acreditar?

Nós entendemos que isso era necessário, e parte dos técnicos absorveu.

E tenho certeza, Deputado Riva, de que esse Substitutivo virá na LDO do ano que vem, sim. Queira Deus que todos nós estejamos aqui para apreciar na íntegra, quase cem por cento desse substitutivo do PMDB.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. RIVA - Eu quero agradecer o aparte do Deputado Nico Baracat, que muito enriquece a nossa discussão, mas discordar em praticamente sua totalidade.

Primeiro, Deputado Nico Baracat, nós Parlamentares temos que... E eu admito que também tenho as minhas dificuldades, aliás, são muitas, inclusive nesta matéria. Mas o que se propõe aí, e o Deputado Humberto Bosaipo já falou com muita propriedade e também o Deputado Benedito Pinto, que é um homem experiente, que conhece de orçamento, de LDO... São matérias afeitas ao Plano Plurianual, Deputado Humberto Bosaipo. Nós não

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

precisamos e não necessitamos aqui discutir, neste momento, e V. Ex<sup>a</sup> comete uma grande injustiça quando pretende estabelecer percentuais de recursos na LDO.

Somos nós mais legítimos que o Congresso Nacional, Deputado Humberto Bosaipo, para implementarmos aqui os percentuais dos Poderes? E o que se discute hoje em Brasília? O estabelecimento de um percentual de recursos para os Poderes Legislativos Municipais e Estaduais, inclusive para o Senado e a Câmara Federal.

O Sr. Benedito Pinto - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Deputado?

O SR. RIVA - Só um instante, só para concluir.

Portanto, Deputado Benedito Pinto, essas emendas a que já se referiram aqui, às quais nós estamos nos referindo, cabem perfeitamente no Plano Plurianual.

E, aliás, é o Plano Plurianual o instrumento legítimo em que nós podemos incorporar todas essas idéias implementadas através emendas e do Substitutivo do PMDB, que, aliás, é de fato um Substitutivo moderno, que moderniza a LDO, mas não é nesse instrumento que V. Ex<sup>a</sup> tem que mexer. Nós estamos tocando acordeom, quando deveríamos estar tocando violino. Então, vamos deixar para o momento certo, que é o Plano Plurianual.

Concedo o aparte ao Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Deputado Riva, honra-me muito apartear V. Ex<sup>a</sup> na discussão da LDO.

Eu não vou discutir, apenas quero aproveitar para fazer um esclarecimento.

Nós nos sentimos honrado com o Substitutivo Integral do PMDB nesta peça, no entanto, a relatoria, devido ao tempo já escasso para proporcionar o seu Parecer... À época que foi aportado ao Projeto o Substitutivo, nós tínhamos apenas duas opções, Deputado Riva: acatar o Substitutivo Integral ou desconhecemos todas as Emendas até então apresentadas, que eram em número de vinte e quatro, e inclusive um Projeto de autoria do Governo, que é a Mensagem da LDO. A partir do momento em que acatasse o Substitutivo Integral, eu teria que automaticamente desconhecer esse trabalho.

Então, eu sugeri particularmente, como amigo dos Deputados que fazem parte da Bancada do PMDB, que ao invés de apresentar o Substitutivo, transformassem-no em várias Emendas e o apresentassem. No entanto, foi mantido o Substitutivo.

Após eu votar contra o Substitutivo, ainda propus que se tivesse alguma matéria dentro do Substitutivo, que eles pudessem destacar algumas Emendas que pudéssemos aproveitar, porque eu sabia que tinha coisa que podia aproveitar e eu estaria aproveitando, retardando o meu Relatório, e assim o fiz. Eu destaquei em torno de oito matérias que podíamos perfeitamente acatar, tirando do Substitutivo. Infelizmente nos foram apresentadas apenas quatro Emendas, das quais eu...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Benedito Pinto - ... considere, aproveitando três e rejeitando uma.

Então, Deputados Zé Carlos do Pátio, Nico Baracat, Pedro Satélite, o esforço que V. Ex<sup>as</sup> fizeram, a intenção foi muito boa, mas infelizmente nós tivemos que primar pelo que o Deputado Humberto Bosaipo trouxe aqui, pela política de resultados. Então, nós preferimos acatar algumas Emendas que foram extraídas do Substitutivo e nos desfazer de tudo, porque nós não teríamos outra opção. Se acatássemos o Substitutivo, nós teríamos que rejeitar todas as Emendas de autoria do Deputado Humberto Bosaipo e do Deputado Riva, que apesar de ter feito várias Emendas, infelizmente, Deputado Riva, eu não pude aproveitar

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

nenhuma das suas Emendas, mas sugeri no Relatório que V. Ex<sup>a</sup> proponha para o Plano Plurianual, que estaremos, sem dúvida, analisando com muita honra. Muito obrigado.

O SR. RIVA - Deputado Benedito Pinto, muito nos honra o seu esclarecimento. Quero dizer também que o meu entendimento é de que a maioria das Emendas do PMDB também tenha como foro legítimo de discussão e inserção o Plano Plurianual. É a razão, inclusive, da nossa discussão, logicamente que não podemos menosprezar o trabalho, e eu disse aqui, mas nós temos que ser, pelo menos, éticos, ao afirmar que as mudanças que se procura implementar na LDO não vão mudar nenhuma imagem de Governo.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. RIVA - Eu concedo o aparte de um minuto a V. Ex<sup>a</sup>, que o meu tempo está restrito.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu vou ser bem rápido.

Eu quero fazer uma sugestão ao Deputado Benedito Pinto. Ao dizer que o Substitutivo atrapalharia as Emendas que os Deputados fizeram e ao pegarmos o nosso Substitutivo e transformar em Emendas, não há possibilidade agora dessas Emendas passarem? Deu para entender o raciocínio?

Já que era o Substitutivo que travava, realmente, avançar a LDO, nós pegamos o Substitutivo e o transformamos em Emenda, por isso que eu estava aqui assinando. Será que não há possibilidade de rediscutirmos as Emendas que nós fizemos agora em função do Substitutivo? Eu deixo essa proposta para a Bancada do Governo. É uma proposta ótima!

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte do Deputado Zé Carlos do Pátio e vou encerrar dizendo o seguinte: O instrumento de mudança para este Estado, Deputado Silval Barbosa, Deputado Alencar Soares, companheiros Deputados, não é apenas a transformação dessa LDO. Nós temos outros setores a serem mexidos, não é a formalização dessa lei, aproveitando todas as Emendas do Deputado Zé Carlos do Pátio e mais outras que ele apresentar, que vai mudar o rumo de Mato Grosso.

O que precisa e o que vai mudar o rumo de Mato Grosso, Deputado Silval Barbosa, é a proposta que V. Ex<sup>a</sup> fez hoje para o Governador, para ampliar o programa de incentivo ao setor produtivo. Aí sim, eu concordo! Essa é a política que transforma este Estado. E eu tenho convicção plena disso, tamanha a nossa convicção que o programa do algodão está aí a comprovar isso. Era instrumento de LDO o incentivo concedido ao setor algodoeiro? Não era! Era instrumento da LDO, Deputado Benedito Pinto, o incentivo concedido à suinocultura? E o Governador hoje prometeu o programa de incentivo para o arroz, que é uma importante produção, que cresce a cada dia no Nortão e em outras regiões do Estado, e também para o café - esse sim é o instrumento de transformação deste Estado.

A LDO, Deputado Humberto Bosaipo, que teve algumas Emendas aproveitadas, diga-se de passagem emendas importantes, como são importantes as demais aproveitadas, é apenas um instrumento pequeno, que a meu ver já o Projeto original, logicamente que todos nós temos anseios de mudá-lo, não representava mudanças para o Estado, como a que vai focar, também não representará. É bom deixar isso muito claro.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, o que eu quero não é contestar as emendas de V. Ex<sup>a</sup>, eu quero contestar a forma como elas foram apresentadas. Desde o dia 15 de abril, apenas hoje, dia 24 de junho, após 68 dias, chegam essas emendas!

Vamos excluir esses dias em que o Deputado transformou o Substitutivo em emendas, Deputado Nico Baracat, mas só após 45 dias aportou nesta Casa o Substitutivo!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Então, é injusto se dizer que esta Casa não teve tempo de discutir uma LDO melhor, que nós precisávamos de mais tempo para continuar avançando na LDO...

○ Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

○ Sr. HUMBERTO BOSAIPO - Apenas para comunicar ao Plenário, porque eu considero importante, recebi um telefonema do Sr. Marco Pólo, Gerente-Geral do Banco do Brasil da Capital, e do Superintendente do Banco, pedindo escusas, desculpas, ao Deputado Emanuel Pinheiro. Ele alegou que o serviço de segurança do Banco é terceirizado, eles contratam empresas de segurança, porque o índice de assalto está muito grande em Cuiabá, e realmente está, mas que em momento algum houve motivação para tratar mal o Deputado. Então, ele solicitou que eu fizesse publicamente e particularmente, e quer, inclusive, visitar o Deputado Emanuel Pinheiro, se a agenda dele assim o permitir, aqui na Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

○ SR. RIVA - Sr. Presidente Deputado Pedro Satélite, para terminar, eu concluo, Deputado Nico Baracat, que a Assembléia Legislativa, a Mesa Diretora em especial, não pode ser vista como fator impeditivo de uma política de avanço da LDO. Todos os períodos, tempos, foram respeitados, aliás a Mesa Diretora concedeu um prazo maior para as emendas. Lembro-me muito bem de que venceu o prazo para as emendas em 1ª discussão e nós alongamos esse prazo mais 10 dias! Não é justo imputar à Mesa Diretora um fator impeditivo para que tivesse mais mudanças na LDO - eu quero deixar isso bem claro.

A Mesa Diretora desempenhou o seu papel, transcorreu normalmente a Pauta, passou pelas Comissões e chegou à Mesa. Aliás, e o Deputado Benedito Pinto há de admitir isso, até com um pouco de atraso, em função até do atraso na apresentação das Emendas, do Substitutivo, das discussões de última hora, que são legítimas por sinal. E chega, Deputado Benedito Pinto, a meu ver, não a LDO que todos vão dizer que vai mudar o Estado de Mato Grosso, vai transformar o Estado de Mato Grosso, mas uma LDO que sem dúvida nenhuma, com o Plano Plurianual discutido e debatido regionalmente e com o Orçamento bem elaborado e discutido também nos pólos, eu tenho certeza de que atenderá os anseios da sociedade mato-grossense.

Portanto, agradeço, Sr. Presidente, a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os Deputados pela compreensão ao nosso pronunciamento.

○ SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão o Parecer...

○ Sr. Nico Baracat - Para discutir, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Nico Baracat.

○ SR. NICO BARACAT - Apesar dos pesares, muito obrigado, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes, porém, solicito ao Deputado Riva que reassuma a Presidência.

○ Sr. Riva - Pela Ordem, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Eu tinha solicitado a V.Ex<sup>a</sup> para reassumir a Presidência...

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

○ SR. RIVA - Informo a V. Ex<sup>a</sup> que eu não posso assumir a Presidência, porque eu participei da discussão da matéria e tenho que aguardar o encerramento da discussão para reassumir.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Eu quero só informar, Sr. Presidente, que o Deputado Nico Baracat foi o primeiro Deputado a discutir a matéria. Se ele não quis discutir, ele pediu para discutir, consta no registro da Taquigrafia. Pode ser que usou pouco tempo, mas o fato é que ele já discutiu a matéria.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós já autorizamos o uso da palavra ao Deputado Nico Baracat e, democraticamente, nós vamos cortar cinco minutos do seu tempo, que seria vinte minutos.

Portanto, V. Ex<sup>a</sup> terá apenas quinze minutos.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, muito obrigado pela aquiescência.

Nós só queremos aqui, Sr. Presidente, agradecer, e dispensamos o tempo. Só queremos registrar que vamos cobrar esse Regimento Interno "a ferro e fogo" daqui para frente, porque a discussão da LDO sempre foi aberta, Deputado Riva, a todos os Deputados. Muito obrigado. (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão...

O Sr. Nico Baracat - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, quanto tempo eu disponho no uso da palavra pela Ordem?

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Pela Ordem, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

O SR. NICO BARACAT - Peço a palavra, pela Ordem, para informar a este Plenário o acordo que foi firmado entre um membro da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Benedito Pinto, encarregado pelos Líderes do Governo e pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do encaminhamento da LDO.

Na discussão com o Deputado Benedito Pinto ficou acordado que as emendas que tiveram tempo para serem acopladas à Mensagem em discussão, hoje, pela manhã, seriam acatadas e que as outras, dentro do acordo de se transformar a LDO não em Substitutivo, mas, sim, em emendas, seriam encaminhadas na Sessão, quando da segunda votação do Projeto.

Entendemos perfeitamente a compreensão da Mesa Diretora com relação aos 10 dias de prazo que foram dados. Mas esse prazo foi dado devido a um acordo que foi feito. Não há favor a ninguém aqui! Tem um acordo! Quando aqui se abre espaço para determinadas coisas, não é favor a mim ou a qualquer Deputado.

Nós temos, sim, que colocar as coisas nos eixos aqui nesta Casa. Eu não quero e nem sou dono da verdade, mas todo direito que eu tiver, quando o Regimento Interno me amparar, eu vou usar. Que a Mesa, daqui para frente, cumpra o Regimento Interno na íntegra e que não venha alegar que está há 45, 60, 90, 120 dias discutindo aqui nesta Casa. Acordo é acordo e tem que ser cumprido!

Nós entendemos que só veio o Substitutivo depois de um estudo aprofundado da LDO pela Bancada e, principalmente, pela assessoria da nossa Bancada. Quando o apresentamos, a LDO não tinha entrado em processo de votação, o tempo era hábil, tanto que a Comissão acatou.

Dessa forma, nós entendemos que a Assembléia tem por princípio estabelecer os acordos, e esse era um acordo que foi acatado pela Mesa Diretora.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Então, não vamos admitir, Sr. Presidente, a pecha de que foi aberto espaço para todos os Deputados poderem apresentar nova proposta. Foi aberto espaço para que todos os Deputados pudessem apresentar nova proposta à LDO e esse espaço utilizamos dentro do que foi acordado para todos os Srs. Deputados.

É por isso, Sr. Presidente, que nós vamos discutir, sim, emenda por emenda. Nós vamos discutir, sim, todos os itens da LDO, porque entendemos que é daqui que se norteia principalmente o Orçamento que virá para esta Casa.

Ainda vou deixar um alerta, que já foi feito pelo Deputado Humberto Bosaipo: eu não sei se essa LDO poderia estar tramitando na Assembléia Legislativa, sendo que não foi votado o Plano Plurianual e nem da Seguridade Social.

O Sr. Zé Carlos do Pátio (DE SUA BANCADA) - Isso eu já havia falado.

O SR. NICO BARACAT - Eu não sei... Antes da LDO, teria que ter o Plano Plurianual na Assembléia, votado e aprovado, e nós vamos ter que discutir isso.

Nós vamos ter que voltar a esta Casa para dizer se houve um encaminhamento equivocado, porque a própria LDO faz referência ao Plano Plurianual, que não existe.

O Sr. Riva (DE SUA BANCADA) - Existe!

O SR. NICO BARACAT - A LDO existe, Deputado Riva, até 31 de dezembro de 1999, e nós estamos tratando da LDO e do Orçamento para o ano 2000, já com referência na LDO...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que o Deputado Nico Baracat dispõe de um minuto.

O SR. NICO BARACAT - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, essa questão toda que nós queremos colocar aqui, o intuito nosso é de trazer uma LDO moderna para que os Srs. Deputados possam fiscalizar, exercer a verdadeira função do Deputado que é legislar e fiscalizar o Executivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós queremos participar da discussão. Portanto, solicito ao Deputado Eliene que assuma a direção dos trabalhos.

O Sr. Riva - Pela Ordem, Sr. Presidente.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 18:51 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Apenas para agradecer ao Deputado Nico Baracat por ter acabado de nos consagrar a autonomia ao Regimento Interno, que nós sempre defendemos, até porque o fator do descumprimento do Regimento Interno está mais ligado, inclusive, a um membro da Bancada de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu agradeço, porque a partir de agora farei cumprir "a ferro e fogo" o Regimento Interno...

O Sr. Nico Baracat (DE SUA BANCADA) - V. Ex<sup>a</sup> não faz mais do que sua obrigação!

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que suspenda a Sessão por cinco minutos, e convido a Bancada do PMDB para se reunir na Sala dos Deputados.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Deferido.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 18:52 HORAS E REABERTA ÀS 19:26 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Convido o Deputado Alencar Soares para assumir a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ALENCAR SOARES ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Não havendo mais Deputado inscrito para a discussão. Em votação...

A Srª Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Solicito ao Deputado Riva que reassuma a Presidência.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 19:27 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação...

O Sr. Nico Baracat - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, depois da reunião da nossa Bancada, da nossa gloriosa Bancada do PMDB, houve um entendimento nosso, e a decisão da Bancada é que nós vamos retirar o destaque das emendas e vamos votar contra o Relatório da Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, a Deputada Serys Slhessarenko, que dispõe de 10 minutos.

V. Exª é contra ou a favor?

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Contra, é claro!

Não é possível que alguém espere que nós, do Partido dos Trabalhadores, venhamos a dar um voto favorável a essa LDO que aí está.

Nós pedimos a palavra para encaminhar, pedindo o voto contra, porque realmente é uma LDO que representa o atraso.

Infelizmente, eu dizia há pouco, um terceiro mandato acaba nos criando - não é, Deputado Romoaldo Júnior - uma desilusão tão grande, mas tão grande... Aqueles que estão chegando agora...

(O DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO - O Deputado está dizendo ali que deveria ser proibido terceiro mandato.

Aqueles que estão chegando agora talvez ainda sintam um ânimo no sentido de que nós estamos...

Eu estou vendo aqui a fisionomia do Deputado Zé Carlos do Pátio, parece que está tão desconsolado. Aqueles que estão chegando discutem com ânimo, na esperança, na crença de que vão alterar, e se vêem de repente totalmente impossibilitados.

Não está sendo diferente neste ano do que foi no outro, no outro, no outro, no outro, no outro... Não foi diferente. Vem para cá a matéria e eu não sei que mistério tem... O Poder Executivo tem um mistério, tem um atrativo, tem um poder que nós não conseguimos detectar o porquê de tamanha... De tamanho - falta-me até a palavra -, tamanho charme que esse Poder exerce... Fascinação... Exato! É um fascínio tão grande que o Executivo tem, que o Legislativo acaba dizendo sempre: "Sim, Senhor".

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Vem LDO, vem Plano Plurianual, vem Orçamento... O Orçamento consegue ser muito mais doloroso, Deputado Zé Carlos do Pátio, mas muito mais, porque a LDO, como o próprio nome diz, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é o pano de fundo, amplo, "teórico" - entre aspas esse teórico -, mas amplo. É o pano de fundo para o orçamento. Então, você fica sempre pensando: "Não, aqui fica uma brechinha, ali fica uma brechinha que você pode trabalhar no Orçamento". Então, você fica com alguma ilusão na LDO, mas quando chegar o orçamento, Deputado, aí a desilusão chega aos extremos e ao fundo do poço, porque tudo o que você...

Eu já cheguei a fazer, Deputado Zé Carlos do Pátio - eu estou me referindo a V. Ex<sup>a</sup>, em especial, pela sua garra, como V. Ex<sup>a</sup> lutou -, eu cheguei a fazer mais de 140, se eu não me engano, foram 143 emendas uma vez aqui, e tive praticamente todas rejeitadas. (O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Segundo o Deputado Humberto Bosaipo, eu já fiz até greve de fome. Se depender, eu morro de fome e as coisas continuarão do mesmo jeito.

Então, esse não é um discurso de desesperança, de pessimismo, não. Eu acredito que nós temos que continuar na briga. E eu fiquei prestando muita atenção na luta que V. Ex<sup>a</sup> e alguns outros levaram com relação à LDO. E vou dizer que no Orçamento eu vou entrar batendo muito duro, muito pesado, até porque eu já tenho muitas reivindicações para o Orçamento.

Mas eu estou usando da palavra para dizer que essa LDO que está aqui, é uma LDO conservadora, reacionária, uma LDO a favor sempre dos mesmos interesses, uma LDO que não avançou um milímetro na ação, apesar de que nós sabemos o que é ação social para este Governo.

Depois que ele pegou cento e setenta e seis milhões para privatização da CEMAT para ação social, e na ação social, assinado por ele, foram investidos dois milhões e cinqüenta e oito mil - de cento e setenta e seis milhões, ele investiu dois milhões na ação social, que foi para a reforma de uma escola para fazer o Centro de Cidadania. Foi o grande marco da ação social do Governador Dante de Oliveira. Então, nós não podemos esperar que ele seja uma pessoa com sensibilidade para isso.

Outra grande ação social foi entregar à sua esposa o Centro de Treinamento da Várzea Grande, para que ela o demolisse, destruísse. Uma outra ação social de grande interesse social. Está lá destruído, não sobrou nem os ares-condicionados. Até esses foram arrancados de lá, levados sabe Deus para onde. Não levaram o prédio, porque é meio difícil, mas deixaram meio demolido.

Então, é uma LDO que não está voltada para os interesses da maioria da população, dessa população que está aí com problemas gravíssimos na área de moradia, na agricultura, na saúde, na educação - dá para elencarmos vários, nas estradas, em tudo.

Eu usei a palavra para encaminhar, para pedir que se vote contra. Eu vou votar contra. Isso já é decisão desde o início. E se fosse esse projeto que permaneceria para votação, o meu voto - voto inclusive já discutido com o Deputado Gilney Viana -, o voto da Bancada do PT é contra. Nós vamos votar contra. A permanecer o destaque nas emendas, nós também já tínhamos decidido o nosso voto a favor do destaque às emendas, em apoio à Oposição, que fez essas emendas. Mas parece-me que foi retirado o pedido de destaque, se não estou equivocada. O Deputado Nico Baracat retirou. Então, não vou ter a possibilidade de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

votar a favor. Eu votaria a favor dessas emendas, em solidariedade à Bancada de Oposição, mas isso não podendo acontecer, nós já declaramos a posição do PT...

O Sr. Alencar Soares (FORA DO MICROFONE) - Não é novidade!

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Não pode ser novidade mesmo, Deputado, porque o PT tem coerência e jamais votaria em algo contra os interesses e necessidades do povo de Mato Grosso, tão contra que está aí posta a popularidade do Sr. Dante de Oliveira, uma atrás da outra, através das LDOs que ele vem fazendo e outras leis mais que ele tem encaminhado para cá.

Portanto, o Partido dos Trabalhadores tem coerência e o nosso voto é contra. Precisa ficar registrado nos Anais deste Parlamento que nós não somos coniventes com o estado de coisas que aí está, não queremos ser cúmplices do estado de coisas que está posto.

O Sr. Alencar Soares (FALA FORA DO MICROFONE) - É só discurso!

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Não! Não é uma questão de termos ou não discurso, Deputado! De jeito nenhum! Não é de jeito nenhum questão de termos ou não discurso. É uma questão de coerência, é uma questão de princípio. Nós temos, sim, princípio, nós temos lado. E o lado que nós defendemos e o princípio que nós defendemos não se coadunam com a LDO que está posta.

Portanto, está justificado o nosso voto. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Solicito a palavra, para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro (PAUSA)... (AUSENTE)

Continua em votação...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Meu voto é contrário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr<sup>a</sup> Deputada, eu gostaria de fazer uma reflexão com os Srs. Deputados sobre o procedimento, não sobre o mérito, mesmo porque eu não estou preparado para fazer uma intervenção sobre o mérito da LDO. Então, não estudei com a devida acuidade para fazer uma intervenção. Talvez, na discussão da semana que vem eu esteja, vamos dizer assim, capacitado para fazê-lo.

A questão do mérito diz respeito a como se elabora a LDO e, particularmente, o orçamento. O Partido dos Trabalhadores inovou neste País ao introduzir a discussão prévia, a participação prévia da população na elaboração das diretrizes orçamentárias e do próprio orçamento, de tal maneira que o orçamento se transformou num instrumento de política e não apenas num instrumento de normatização de receita e despesa.

Esta inovação eu acho que é a grande contribuição que o PT deu dentro da administração pública, que é o chamado orçamento participativo. Na medida em que implanta o orçamento participativo, se engrena o mecanismo através do qual a LDO do ano seguinte necessariamente está submetida à consulta feita no ano anterior.

Então, vejam bem, Srs. Deputados e Sr<sup>a</sup> Deputada, nós estamos diante de um método tradicional de elaborar o orçamento e as diretrizes orçamentárias, que é o seguinte:

chamam-se os técnicos do Governo e às vezes contratam até consultorias, que dominam certa metodologia. E no plano municipal, por essa metodologia, ela é até um tanto ridícula, porque ela é esquemática, ela é viciada, como diz o Deputado Silval Barbosa, ela impõe... O Orçamento fica parecendo... O Orçamento de um ano parece com o Orçamento do outro ano, como se a realidade do município, inclusive do próprio Governo que faz o Orçamento, não tivesse se modificado!

Então, nós estamos diante de um mecanismo vencido pelo tempo, vencido pela inovação, e essa do PT é uma delas, provavelmente existem outras que devam ser valorizadas e que infelizmente o Estado de Mato Grosso ainda não percebeu a riqueza desse modo de planejar. Porque existe um ônus quando você faz um planejamento participativo, é de você ceder uma pequena parcela de seu poder de decisão para agentes privados, agentes que não são públicos, ou para agentes públicos que não estão na sua esfera de poder. Como é o caso de prefeituras, vereadores, organizações setoriais do setor público, como as Secretarias, órgãos, autarquias.

Então, eu estou aproveitando aqui, com um bate-papo com o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, não para esse que está vencido... Eu vou ser muito sincero: está vencido! Está vencido pelo vício, e o vício aqui eu não diria de má-fé, é um vício da máquina administrativa tradicional, do *modus operandi* tradicional de se fazer orçamento.

Portanto, nós só teremos condições de inovar se nós verdadeiramente, nós do Poder Legislativo e do Poder Executivo, abirmos mão para agentes públicos, como prefeitos, câmara de vereadores, agentes privados, como organizações sociais, sindicatos, associações, poderem opinar, propor, e nós aceitarmos essas proposições. Fora disso, todas as nossas emendas, inclusive as emendas atuais minhas e de quaisquer dos Deputados e da Deputada, estarão submetidas à lógica do nosso entendimento, do nosso discernimento, do nosso poder e do nosso arbítrio. É muito diferente de ceder esse poder para alguém que não tem uma delegação pelo voto.

Eu acho que esta é a contribuição que, nesta primeira discussão da LDO, eu queria dar. Não é no mérito, não, da discussão, é do procedimento, é um anúncio de que nós poderemos construir isso. Isso não é difícil de se construir, mas é trabalhoso. É um trabalho, Sr. Presidente, onde a lógica do poder tradicional fica questionada, mas aqueles que se submetem são valorizados.

O sucesso do Partido dos Trabalhadores em várias administrações públicas está ligado ao *modus operandi* do Orçamento, além da lisura, da ética e de alguns programas inovadores. Mas a participação popular não foi inventada pelo PT, partidos outros já fizeram conselhos de participação, a nossa inovação é que nós abrimos a chave do cofre. E vou dizer com muita sinceridade, abrimos apenas uma parcela da chave do cofre, não abrimos muito, mas abrimos o suficiente para o povo experimentar o gostinho do que é determinar aquilo que pode, o que deve e o que eles querem fazer. Isso já é um avanço enorme diante da realidade atual, que é essa realidade da LDO, que é essa realidade do orçamento que o Governo está propondo.

Existem algumas iniciativas tradicionais que ainda não revolucionam o orçamento, mas que são meritórias. Marcham no sentido de nos educar para superarmos esse método. São essas reuniões promovidas pelos Deputados Humberto Bosaipo e Alencar Soares. E eu estive lá depois de V. Ex<sup>as</sup> e só ouvi elogios à iniciativa. É claro que ainda não é um orçamento participativo, mas essas consultas anunciam a possibilidade de se fazer algo muito

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

mais avançado que aquilo que V. Ex<sup>as</sup> fizeram. Por exemplo, a discussão regional do orçamento. É claro que se o Governador não pactuar de que vai ceder ao reclame regional, nós vamos fazer uma consulta. É ruim isso? Não é ruim. É bom. É um primeiro passo. E quem apôs essa emenda, se não me engano, foi o Deputado Humberto Bosaipo. Está correto, merece o nosso apoio, mas esse é apenas o primeiro passo, nós precisamos construir entre nós a possibilidade de darmos o segundo passo, o terceiro passo.

Mas sem o Poder Executivo eu acredito que é inviável um orçamento participativo. E aí nós temos que convencer o Executivo, não só porque tem maioria, mas porque o orçamento, além daquelas funções que existem, funções, vamos dizer assim, informáticas das contas numeradas, ainda tem uma flexibilidade de operação que toda LDO e que todo orçamento dão, então, é essa flexibilidade, apenas ela é suficiente para matar qualquer sugestão, e o fórum regional, quando usado, e o que o Governador usa nesse poder que o Legislativo delega.

Então, eu diria o seguinte: A tentativa da Bancada, por exemplo, do PMDB, de melhorar, de enxugar, de normatizar de uma forma mais moderna, eu acho meritória, mas nós estamos propondo, o PT, que possamos fazer um seminário sobre o orçamento para nos preparar para enfrentar um outro tipo de planejamento.

E eu acredito, inclusive, que seria elementar entre nós propormos qualquer coisa com essa cultura que nós temos hoje. Aí, o que acontece? Seria uma peça de discurso, uma disputa cultural, ideológica e política.

Mas ele não é suficiente para mudar a realidade. Falo isso fraternalmente para a Bancada do PMDB - legítima, correta e positiva, apoiaria se tivesse fixado votação em destaque.

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - Mas nós nos permitiremos votar contra, porque, no mérito, nós temos nossas dúvidas, e no procedimento, nós temos a nossa certeza no encaminhamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

O Sr. Benedito Pinto - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu solicitei a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente, para pedir que V. Ex<sup>a</sup> solicite ao Srs. Deputados que retornem às suas Bancadas para facilitar a apuração.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento às suas Bancadas para nós efetuarmos o processo de votação.

Os Deputados favoráveis ao Parecer permaneçam como estão. Os contrários que se manifestem.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Eu solicito que os Deputados tomem assento às suas Bancadas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, ÀS 17:00 HORAS.**

---

Sr. Presidente, votaram contra o Parecer da Comissão, os seguintes Srs. Deputados: Nico Baracat, Emanuel Pinheiro, Pedro Satélite, Gilney Viana, Serys Slhessarenko, Zé Carlos do Pátio. Portanto, 06 votos contrários.

Votaram a favor do Parecer os seguintes Srs. Deputados: Moacir Pires, Amador Tut, Carlão Nascimento, Roberto Nunes, Wilson Teixeira Dentinho, Romoaldo Júnior, Benedito Pinto, Rene Barbour, Alencar Soares, Nilson Leitão, Silval Barbosa, Joaquim Sucena, Eliene, Humberto Bosaipo, Riva.

Portanto, 15 votos favoráveis.

O Sr. PRESIDENTE (RIVA) - Aprovado o Parecer. Vai à Comissão de Fiscalização.

Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais. Não há orador inscrito.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: Da Bancada do Partido da Frente Liberal: Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moacir Pires e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB), Nilson Leitão (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.  
Conferida por Regina Céli Arruda.